

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA NO ÂMBITO DE AJUSTE DIRETO – AD/002/2025

AQUISIÇÃO DE 300 EXEMPLARES DO LIVRO “BEJA”

ÍNDICE

1. Identificação do Procedimento	3
2. Objeto do procedimento	3
3. Entidade Adjudicante	3
4. Órgão que tomou a decisão de contratar	3
5. Fundamentação da escolha do procedimento.....	3
6. Esclarecimentos e Lista de Erros e Omissões	3
7. Preço base	4
8. Preço anormalmente baixo de uma proposta.....	4
9. Documentos que constituem a proposta	4
10. Idioma dos documentos que constituem a proposta	4
11. Proposta variante	4
12. Prazo para apresentação das propostas	5
13. Abertura de Propostas	5
14. Modo de apresentação da proposta	5
15. Esclarecimentos sobre as propostas	5
16. Critério de adjudicação.....	5
17. Negociações.....	6
18. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário	6
19. Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) - Lei nº 89/2017, de 21 de agosto.....	7
20. Prazo de manutenção das propostas	7
21. Despesas e encargos para a celebração do contrato	8
22. Legislação aplicável	8
Anexo I.....	9
Modelo de declaração.....	9
Anexo II.....	11



Modelo de declaração	11
Anexo III.....	12
(Modelo) de Proposta	12

1. Identificação do Procedimento

Ajuste direto no regime geral nº 002/2025.

2. Objeto do procedimento

Aquisição de 300 Exemplares do Livro “Beja”.

3. Entidade Adjudicante

A entidade adjudicante, conforme alínea c) n.º 1 do art.º 2.º do CCP, é a Câmara Municipal de Beja, NIPC 504 884 620, sita na Praça da República, 7800-427 Beja, com o telefone nº +351 284 311 800, o endereço eletrónico aprovisionamento.concursos@cm-beja.pt, plataforma utilizada pelo Município de Beja: <https://www.acingov.pt/>

4. Órgão que tomou a decisão de contratar

Presidente da Câmara Municipal, por despacho de .../.../2025, no uso da competência atribuída por deliberação da Assembleia Municipal tomada na sessão de 22/12/2021 (€ 99.759,58 em cada um dos anos económicos), publicada através do Edital de 27.12.2021¹ e no exercício da competência delegada por deliberação da Câmara Municipal de 22/10/2021, publicada através de Edital de 26/10/2021, ambos publicados no Boletim Municipal Eletrónico do ano de 2021.

5. Fundamentação da escolha do procedimento

Critério do valor definido na alínea d) do nº 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

6. Esclarecimentos e Lista de Erros e Omissões

1.Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do concurso são da competência do Serviço adjudicante.

2.Os concorrentes podem apresentar pedidos de esclarecimentos, exclusivamente através da plataforma eletrónica <https://www.acingov.pt/>, até ao primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

7. Preço base

O valor máximo que a entidade adjudicante aceita pagar é 5 950,00€ (cinco mil, novecentos e cinquenta euros), acrescido de IVA.

8. Preço anormalmente baixo de uma proposta

1. Não são definidos critérios em que o preço de uma proposta é considerado anormalmente baixo, nos termos do disposto no artigo 71º, nº 1 do CCP.
2. O preço de uma proposta pode ser considerado anormalmente baixo, por decisão devidamente fundamentada do órgão competente para a decisão de contratar, designadamente por se revelar insuficiente para o cumprimento de obrigações legais em matéria ambiental, social e laboral ou para cobrir os custos inerentes à execução do contrato.
3. No caso previsto no número anterior, o júri solicita previamente ao respetivo concorrente que preste esclarecimentos, por escrito e em prazo adequado, relativos aos elementos constitutivos relevantes da sua proposta.

9. Documentos que constituem a proposta

1. A proposta deverá ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração emitida conforme modelo constante do Anexo I ao presente convite;
 - b) Preço total da aquisição de serviços, não deve incluir o IVA, conforme modelo constante do Anexo III ao presente Convite.
 - c) Quaisquer outros documentos que se considere indispensáveis, nos termos do disposto nas alíneas b) e c) do nº 1 do artigo 57º do CCP.

10. Idioma dos documentos que constituem a proposta

A Proposta e os documentos que a constituem são obrigatória e exclusivamente redigidos em língua portuguesa.

11. Proposta variante

Não é admitida a apresentação pelo concorrente de proposta variante. Não serão admitidas propostas com alterações de cláusulas do Caderno de Encargos.

12. Prazo para apresentação das propostas

A Proposta e os documentos que a instruem serão apresentados até às 23:59 h do 5º dia (incluindo na contagem sábados, domingos e feriados) após o envio do presente Convite.

13. Abertura de Propostas

A abertura das propostas realizar-se-á pelas 11 horas do dia útil seguinte à data limite para a apresentação de propostas.

14. Modo de apresentação da proposta

1. A Proposta e os documentos que a instruem serão apresentados através da plataforma eletrónica em uso nesta entidade: <https://www.acingov.pt/>.
2. A receção da proposta é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue ao concorrente um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

15. Esclarecimentos sobre as propostas

1. A entidade adjudicante pode pedir aos concorrentes esclarecimentos sobre as propostas, considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos respetivos concorrentes fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do Código dos Contratos Públicos.
3. Os esclarecimentos referidos no número anterior são disponibilizados na plataforma eletrónica, <https://www.acingov.pt/>, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.

16. Critério de adjudicação

Sendo o Convite dirigido a uma única entidade, a adjudicação consiste na aceitação da única proposta apresentada (artigo 71º, nº 1 do CCP), pelo que não é indicado o critério de adjudicação da proposta economicamente mais vantajosa, determinada por uma das modalidades previstas nas alíneas a) e b) do nº 1 do artigo 74º do CCP.

17. Negociações

A Proposta apresentada não será objeto de negociação.

18. Documentos de habilitação a apresentar pelo adjudicatário

1. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar notificará o adjudicatário para que este, no prazo de 5 (cinco) dias úteis apresente, através da plataforma eletrónica, nos termos do artigo 81.º do CCP, a partir da data da notificação da adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:

a) Declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, em conformidade com o **Anexo II** ao presente programa do procedimento.

2. Documentos comprovativos da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal, no Estado de que seja nacional ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55º do CCP.

3. Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55º do CCP;

4. Certificado de Registo Criminal, ou documento equivalente, dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções e da própria pessoa coletiva, como previsto na alínea b) e h) do artigo 55º e do artigo 83º - A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina "Contratação Pública".

5. Cópia da certidão do registo comercial ou do código de acesso à certidão permanente, ou da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial.

6. Documento comprovativo de registo no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, se aplicável.

7. Tratando-se de empresas sem sede e direção efetiva em Portugal, o adjudicatário deve apresentar ainda o respetivo comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar, nos termos do nº 3 do artigo 2º da Portaria nº 372/2017, de 14 de dezembro.

8. No caso de se tratar de adjudicatário ou de subcontratado, nacional de Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu ou do Acordo sobre Contratos Públicos da organização Mundial de Comércio pode ainda apresentar, em substituição dos documentos de habilitação, uma declaração sob compromisso de honra, prestada perante notário, autoridade judiciária ou administrativa ou qualquer outra competente, de que pode executar a prestação objeto do contrato a celebrar no Estado de que é nacional de acordo com as regras nele aplicáveis.

9. No caso de a adjudicação recair sobre uma proposta apresentada por Agrupamento, todos os seus membros têm de apresentar os documentos de habilitação que lhe são aplicáveis, de acordo com o disposto no artigo 6º da Portaria nº 375/2017, de 14 de dezembro.

10. No caso de agrupamento complementar de empresas (ACE), têm de apresentar:

a) Cópia certificada do contrato de constituição do Agrupamento Complementar de Empresas do qual deve constar, designadamente, a indicação dos administradores e respetivos poderes de representação e demais elementos previstos na Lei nº 4/73, de 4 de junho e no Decreto-Lei nº 430/73, de 25 de agosto, ambos com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 36/2000, de 14 de março;

b) Cópia da inscrição do Agrupamento Complementar de Empresas no Registo Comercial e respetiva publicação ou a indicação dos códigos de acesso.

11. Todos os documentos de habilitação devem ser apresentados em Português

19. Registo Central de Beneficiário Efetivo (RCBE) - Lei nº 89/2017, de 21 de agosto

1. Juntamente com os restantes documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deve entregar cópia do documento obtido na consulta eletrónica que ele próprio fez no RCBE, sob pena de caducidade da adjudicação, nos termos do artigo 86.º n.º 1 do CCP.

2. O incumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei nº 89/2017, de 21 de agosto, proíbe a celebração do contrato decorrente do presente procedimento (artigo 37º, nº 1, alínea b), constituindo causa de caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 87º-A CCP.

20. Prazo de manutenção das propostas

1. Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 66 (sessenta e seis) dias contados da data do termo do prazo fixado para apresentação das propostas.

2.O prazo referido no número anterior considera-se prorrogado por iguais períodos se nada for requerido em contrário.

21. Despesas e encargos para a celebração do contrato

Em conformidade com o disposto na alínea a), do nº 1, do artigo 95º do CCP, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua redação atual, é dispensável a redução a contrato escrito.

22. Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação e restante legislação aplicável.

Beja, 12 de fevereiro, de 2025

O Presidente da Câmara Municipal de Beja



- Paulo Jorge Lúcio Arsénio -

Anexo I

Modelo de declaração

[A que se refere na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.ºA, conforme aplicável]

1 – ... (nome, número do documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾ ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 – Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo ⁽³⁾:

a)...

b)...

3 – Declara ainda que renuncia o foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 – Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 – Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 – O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato



ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local),... (data),... [assinatura⁽⁴⁾].

(¹) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(²) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(³) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do artigo n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(⁴) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de ⁽¹⁾... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽²⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 – O declarante junta em anexo [ou indica... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽³⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽⁴⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 – O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local),... (data),... [assinatura⁽⁵⁾].

⁽¹⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽²⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽³⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽⁴⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽⁵⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo III (Modelo) de Proposta

(nome, número de documentação de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)..... (firma, número de identificação fiscal e sede), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de "designação ou referência ao procedimento em causa" e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas, pelo preço contratual de € (por extenso). Que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado.

ou

de acordo com os seguintes preços hora (s/IVA)

Descrição das tipologias	Preço / hora
...	...
...	...

Nota:

Os preços hora não devem exceder o valor máximo previsto no caderno de encargos, sob pena de exclusão da proposta.

ou por lote:

Lote	Preço
Lote nº 1 - identificação	...
Lote nº 2 - identificação	...

(local, data e assinatura) (3)

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão "a sua representada"

(3) Nos termos do disposto no artigo 57º nº 4 e 5